



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 906, DE 2024.

Eleva a “Paixão de Cristo de Mucajaí”, que se realiza na cidade de Mucajaí, no Estado de Roraima, a patrimônio cultural imaterial do Brasil

Autor: Deputado Stelio Denner

Relator: Deputado Zé Haroldo Cathedral

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 906/2024, que eleva a “Paixão de Cristo de Mucajaí”, que se realiza na cidade de Mucajaí, no Estado de Roraima, a patrimônio cultural imaterial do Brasil.

O autor informa que:

“A Paixão de Cristo de Mucajaí é um evento que foi idealizado por um grupo de professores do município de Mucajaí, no Estado de Roraima, no início dos anos 80. Era uma oportunidade de oferecer a comunidade local uma programação diferenciada no período da quaresma. Começou com origem em estilo Via-Sacra, mas se transformou em uma das maiores peças teatrais a céu aberto do Brasil, fomentando a cultura, o turismo e geração de renda para cidade. É considerado, atualmente, o segundo maior espetáculo a céu aberto da região Norte, ficando atrás apenas do Festival de Parintins, no Estado do Amazonas”.

Reforça que *“a Paixão de Cristo em Mucajaí, através da realização pela Prefeitura Municipal, realiza diversos eventos paralelos à Encenação, desde eventos esportivos, culinários, de artesanato, de feiras e shows musicais. Nos dias que antecedem a Encenação da Paixão de Cristo a Prefeitura realiza ainda eventos com a participação de outros movimentos religiosos do município e do Estado de Roraima”.*



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Portanto, o evento é de grande importância para a cultura, desenvolvimento regional e fortalecimento do turismo na região, alavancando e potencializando as riquezas naturais e culturais do Estado de Roraima.

Por outro lado, em **Substitutivo** apresentado na Comissão de Cultura, de relatoria da Deputada Bia Kicis (PL-DF), o texto foi modificado para reconhecer a Paixão de Cristo de Mucajaí como manifestação da cultura nacional, antes patrimônio cultural imaterial do Brasil.

A presente proposição foi distribuída às **Comissões de Cultura e a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.**

Fui designado Relator da presente proposição.

II - VOTO DO RELATOR

Senhores Deputados, a presente proposição eleva a “Paixão de Cristo de Mucajaí”, que se realiza na cidade de Mucajaí, no Estado de Roraima, a patrimônio cultural imaterial do Brasil, sendo que o Substitutivo da Comissão da Cultura definiu como manifestação da cultura nacional.

Pois bem, no caso concreto, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise tão somente da constitucionalidade, da juridicidade e da boa técnica legislativa das proposições. **Não há, pois, análise de mérito neste momento legislativo.**

Quanto à **Constitucionalidade Formal**, a proposição encontra amparo nos art. 23, inc. III e V, art. 24, inc. VII, art. 48, *caput* e art. 61, *caput*, todos da Constituição Federal de 1988.

Já em relação à **Constitucionalidade Material**, o texto em nada ofende princípios e/ou regras previstas na Constituição Federal de 1988, ao contrário, **reforça objetivo constitucional: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inc. IV), bem como direito e garantia fundamental da República Federativa do Brasil: a liberdade de culto e manifestação artística (art. 5º, incs. VI e IX).**

O Min. Alexandre de Moraes pondera que:



CÂMARA DOS DEPUTADOS



“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, devendo proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional, bem como fixar as datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais”¹.

Com efeito, reconhecer a Paixão de Cristo de Mucajaí como manifestação da cultura nacional preserva e reconhece o valor em tal manifestação, que compõe e alimenta a rica e plural cultura brasileira, fora que reforça as riquezas do Estado de Roraima.

Ademais, o texto tem **juridicidade**, considerando que, além de inovar no ordenamento jurídico brasileiro, não contraria regras e princípios de Direito.

Quanto à **Técnica Legislativa**, a proposta atende os requisitos da Lei Complementar nº 95/98.

Ante o exposto, **voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 906/2024 e do Substitutivo da Comissão de Cultura.**

Sala da Comissão, de novembro de 2024

Deputado ZÉ HAROLDO CATHEDRAL
(PSD/RR)
Relator

¹ MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Atlas, 2024, p. 924.

